



Concurso Público para provimento de cargos de
Assessor Jurídico de Gabinete de Juiz de Entrância Final

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Duração da prova (Conhecimentos Específicos e Prática) é de 5 horas.
- Você deve responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e elaborar o Parecer no respectivo caderno.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

1. No Brasil, o Poder Constituinte Reformador

- (A) realiza a modificação da Constituição por meio de Emendas Constitucionais, cujo projeto deverá ser aprovado em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, pelo voto de três quintos dos respectivos Membros e, posteriormente, sancionado pelo Presidente da República.
- (B) legitima as Assembleias Constituintes Estaduais bem como as Câmaras Municipais a produzirem a legislação local das respectivas unidades federativas, desde que respeitada a Constituição Federal.
- (C) determina limites formais para o caso de revisão constitucional, como a exigência de dupla votação e voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão unicameral.
- (D) pode se transformar em Assembleia Constituinte segundo disposição expressa da Constituição Federal mediante aprovação popular por meio de referendo.
- (E) possui limites circunstanciais, como a impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada em caso de intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa.

2. Os Tribunais de Justiça Estaduais, no controle de constitucionalidade,

- (A) participam do controle de constitucionalidade difuso, podendo declarar a inconstitucionalidade de leis desde que respeitem a cláusula de reserva de plenário.
- (B) analisam, por meio do controle abstrato, a constitucionalidade de leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal.
- (C) julgam ações diretas de inconstitucionalidade, por via de exceção ou defesa, que tenham por objeto leis federais.
- (D) realizam o controle de constitucionalidade incidental, com efeitos *erga omnes* e vinculante no âmbito do respectivo Estado.
- (E) julgam ações declaratórias de constitucionalidade, por via de exceção ou defesa, que tenham por objeto leis estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

3. A lei que estabelece as metas e as prioridades da administração pública federal e orienta a lei orçamentária anual, ao dispor sobre alterações na legislação tributária e determinar a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, é denominada

- (A) Lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) Lei de responsabilidade fiscal.
- (C) Lei de improbidade administrativa.
- (D) Plano plurianual.
- (E) Lei de incentivo fiscal.

4. João ajuíza ação ordinária para discutir direito próprio e alega, nos argumentos de sua petição, uma questão incidental de inconstitucionalidade a fim de provocar o controle difuso. Ao examinar o caso de João, o juiz de primeira instância julga procedente o pedido formulado e declara a inconstitucionalidade da lei apontada na petição. Ainda pendente de julgamento recurso interposto pela parte contrária na ação movida por João, é publicada uma decisão definitiva de mérito do Supremo Tribunal Federal em Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), ajuizada pelo Procurador-Geral da República, em que se reconhece a constitucionalidade da referida lei.

Diante da situação apresentada, é correto afirmar:

- (A) A decisão do juiz de primeira instância deve ser mantida em segunda instância, pois o controle de constitucionalidade difuso tem efeitos apenas *inter partes*.
- (B) A decisão do STF não pode interferir na ação de João, haja vista que possui um vício formal, pois o Procurador-Geral da República não é legitimado para propor Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- (C) João deve entrar com uma reclamação perante o STF para garantir que a decisão da ADC tenha efeitos *ex nunc* e não atinja sua ação.
- (D) A decisão do STF surtirá efeitos no julgamento do recurso interposto por João, pelo fato de a decisão definitiva de mérito em ADC produzir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante.
- (E) João deve impetrar mandado de segurança diretamente no STF para garantir os efeitos incidentais do controle de constitucionalidade difuso com abrangência *ex tunc*.

5. No processo de elaboração de leis e atos normativos, o Presidente da República

- (A) tem iniciativa privativa para propor projeto de lei sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica de todas as unidades da federação.
- (B) pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, situação que implica o processo legislativo sumário, cujo prazo para conclusão é de, aproximadamente, cem dias.
- (C) edita leis delegadas, desde que autorizado pelo Congresso Nacional com base nos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância.
- (D) exerce o poder de veto sobre projetos de lei ordinária e complementar, o qual poderá ser derrubado por maioria de três quintos dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral.
- (E) tem iniciativa para propor projeto de emenda constitucional, desde que a proposta tenha o apoio de um terço da Câmara ou do Senado Federal.



6. São princípios institucionais do Ministério Público, previstos na Constituição Federal,
- (A) unidade, indivisibilidade e estabilidade.
- (B) independência funcional, unidade e indivisibilidade.
- (C) inamovibilidade, estabilidade e autoridade.
- (D) autoridade, unidade e vitaliciedade.
- (E) indivisibilidade, irredutibilidade de subsídio e estabilidade.
-
7. E M E N T A: Recurso Extraordinário – criança de até seis anos de idade – atendimento em creche e em pré-escola – educação infantil – direito assegurado pelo próprio texto constitucional (CF, art. 208, IV) – compreensão global do direito constitucional à educação – dever jurídico cuja execução se impõe ao poder público, notadamente ao município (CF, art. 211, § 2^a) – recurso improvido.
- RE 410715 AgR AG.REG. no recurso extraordinário
Relator: Min. Celso de Mello
Publicação: DJ – 03/02/2006
- O conteúdo da ementa explicitada
- (A) está relacionado a um direito fundamental de primeira geração, o qual pressupõe o acesso à educação como uma liberdade individual.
- (B) refere-se a um direito fundamental exigível do Estado por meio de ação popular, a fim de que o Poder Público providencie sua regulamentação.
- (C) menciona um direito fundamental cujo provimento não pode ser garantido pelo juízo de primeiro grau, haja vista depender de decisão mandamental do STF que obrigue o Poder Público a garantir o atendimento em creche e pré-escola.
- (D) reporta-se a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, o qual possui competência para julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais que julguem válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- (E) garante eficácia a um direito fundamental de segunda geração, o qual exige uma postura ativa do Estado por implicar um direito de crédito do indivíduo, baseado na própria norma constitucional.
-
8. A Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1988, acrescentou um importante princípio ao rol do art. 37 da atual Constituição Federal Brasileira, o qual tem norteado a criação de novos institutos jurídicos como, por exemplo, os contratos de gestão e as organizações sociais. Este princípio é o da
- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) impessoalidade.
- (E) proporcionalidade.
-
9. “A ... da Dívida Pública pode votar hoje o relatório final sobre as investigações. O parecer do deputado Pedro Novais foi discutido na semana passada. O relator recomenda medidas para aumentar a transparência da dívida pública. Além de auditoria permanente do Tribunal de Contas da União (TCU), ele propõe que seja regulamentada a obrigatoriedade de o Ministério da Fazenda prestar informações sobre a dívida pública (...) Criada em 2008, a ... foi instalada em agosto do ano passado e já teve seus trabalhos prorrogados por três vezes. (...) Avaliou a composição da dívida pública da União, dos Estados e dos Municípios, o pagamento de juros e amortizações, os beneficiários desses pagamentos e o impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.” (Agência Câmara de notícias – 11/05/2010)
- A notícia apresentada está relacionada a uma importante competência do Poder Legislativo, expressamente prevista na Constituição, consistente em
- (A) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- (B) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) criar comissões parlamentares de inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
-
10. O Federalismo pressupõe uma estrutura político-administrativa complexa, na qual as competências das unidades federadas precisam estar delimitadas e organizadas a fim de se evitar a sobreposição de tarefas entre os entes da Federação. Diante dessa perspectiva, assinale a alternativa que, conforme disposição expressa da Constituição Federal Brasileira, prevê solução, no âmbito da legislação concorrente, para o caso de a União não produzir norma geral sobre assunto cuja regulação é de sua responsabilidade.
- (A) O assunto a ser regulado será considerado uma competência remanescente e a elaboração da norma ficará a cargo do Poder Executivo.
- (B) Estados e Municípios poderão elaborar a norma geral para atender a suas peculiaridades.
- (C) Os Estados poderão exercer competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
- (D) O cidadão prejudicado poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade para suprir a lacuna constitucional.
- (E) O Advogado-Geral da União será suscitado a ajuizar ação direta interventiva para que o Congresso Nacional seja sancionado por sua omissão.



11. NÃO condiz com determinação expressa da Constituição acerca da estrutura do Judiciário aquela segundo a qual
- (A) um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
 - (B) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) são órgãos da Justiça Federal: os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juízes do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais.
 - (E) o Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
12. Em caso de intervenção federal, será dispensada a apreciação da decisão pelo Congresso Nacional quando a decretação for feita para
- (A) prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, se a suspensão da execução do ato impugnado bastar ao restabelecimento da normalidade.
 - (B) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
 - (C) reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
 - (D) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
 - (E) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- Direito Administrativo**
13. Quanto ao tema improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) a aplicação de quaisquer das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - (B) os atos de improbidade administrativa, que importem em enriquecimento ilícito, admitem punição, a título de dolo ou culpa.
 - (C) a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.
 - (D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
 - (E) recebida a defesa preliminar, o juiz, no prazo de 20 (vinte) dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação se convencido da inadequação da via eleita.
14. No tocante às formas de provimento de cargo público e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, considera-se recondução
- (A) a movimentação do servidor de um cargo de provimento efetivo para outro cargo vago, da mesma denominação e vencimento, de quadro diverso, dentro da Administração Direta, da autarquia e da fundação pública.
 - (B) o reingresso no serviço público do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - (C) o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, sendo obrigatório o aproveitamento desse servidor em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
 - (D) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado.
 - (E) o retorno do servidor estável ao seu cargo de origem, em decorrência da reintegração de seu anterior ocupante.
15. É inexigível a licitação
- (A) para contratação de serviços técnicos, tais como, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
 - (B) para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - (C) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
 - (D) para contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
 - (E) para fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
16. A proibição de importar determinado produto pode acarretar desequilíbrio na economia de um contrato administrativo, o que exigirá sua revisão ou mesmo rescisão. Trata-se de exemplo de
- (A) fato da Administração.
 - (B) fato do príncipe.
 - (C) caso fortuito.
 - (D) teoria da imprevisão.
 - (E) força maior.



17. No que diz respeito à responsabilidade civil da Administração é INCORRETO afirmar:
- (A) A ação regressiva da Administração contra o agente causador direto do dano transmite-se aos herdeiros e sucessores do servidor culpado, podendo ser instaurada mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função.
 - (B) A teoria da irresponsabilidade do Estado, adotada na época dos Estados absolutos, repousava fundamentalmente na ideia de soberania, tendo os Estados Unidos e a Inglaterra abandonado tal teoria respectivamente em 1946 e 1947.
 - (C) Às sociedades de economia mista e empresas públicas não se aplicará a regra constitucional atinente à responsabilidade do Estado, mas sim a responsabilidade disciplinada pelo direito privado, quando não desempenharem serviço público.
 - (D) Para que a Administração indenize prejuízos causados a particulares por atos predatórios de terceiros ou por fenômenos naturais, faz-se necessária a prova da culpa da Administração.
 - (E) No Brasil, a Constituição Federal de 1934 acolheu o princípio da responsabilidade solidária entre Estado e funcionário. Já a Constituição de 1946 adotou a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.
18. No que concerne às sanções pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo, é correto afirmar:
- (A) A Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a três anos.
 - (B) Na hipótese de declaração de inidoneidade, o interessado dispõe do prazo de dez dias da abertura de vista para o exercício do seu direito de defesa, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos da aplicação da referida sanção.
 - (C) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas em lei para a inexecução total ou parcial do contrato, facultada defesa prévia ao interessado no prazo de dez dias úteis.
 - (D) Se a multa aplicada ao contratado for superior ao valor da garantia prestada, o montante da multa cingir-se-á à perda do valor correspondente à garantia, não podendo ultrapassar referido montante.
 - (E) A declaração de inidoneidade poderá também ser aplicada a profissionais ou empresas que, em razão de contratos administrativos, tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, com dolo ou culpa, fraude fiscal no recolhimento de tributos.
19. Os empregados de empresas concessionárias de serviços públicos são considerados
- (A) agentes administrativos.
 - (B) servidores públicos.
 - (C) agentes temporários.
 - (D) particulares em colaboração com o Poder Público.
 - (E) agentes credenciados.
20. No que diz respeito às Organizações Sociais, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) As Organizações Sociais podem atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
 - (B) O Poder Executivo poderá qualificar como “organizações sociais” pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, para o desempenho de determinadas atividades de caráter social.
 - (C) As Organizações Sociais devem realizar licitação, na modalidade concorrência, para aquisição de bens ou serviços de interesse comum, adquiridos em decorrência de recursos repassados pela União.
 - (D) O órgão de deliberação superior das Organizações Sociais precisa ter representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
 - (E) O Poder Público poderá destinar às Organizações Sociais recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão; a destinação dos bens públicos dar-se-á com dispensa de licitação e mediante permissão de uso.
21. Analise as seguintes assertivas acerca da utilização dos bens públicos.
- I. Permissão de uso é ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização de determinado bem público, com ou sem condições, de forma gratuita ou remunerada, por tempo certo ou indeterminado.
 - II. Autorização de uso é ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público, visando atividades transitórias e irrelevantes para o Poder Público.
 - III. Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
 - IV. Concessão de uso é contrato administrativo pelo qual a Administração atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, sempre de forma remunerada, para que explore segundo sua destinação específica, por tempo certo ou indeterminado, mas sempre precedido de autorização legal e, normalmente, de licitação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, III e IV.



22. NÃO corresponde a um dos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos o princípio da

- (A) cortesia.
- (B) eficiência.
- (C) modicidade.
- (D) permanência.
- (E) individualização.

23. Analise as seguintes assertivas a respeito dos atos administrativos.

- I. Ocorre desvio de poder quando a autoridade usa do poder discricionário para atingir finalidade alheia ao interesse público.
- II. Se a Administração concedeu afastamento, por dois meses, a determinado funcionário, a revogação do ato será possível mesmo se já tiver transcorrido o aludido período.
- III. Na hipótese de dispensa de servidor exonerável *ad nutum*, se forem dados os motivos para tanto, ficará a autoridade que os deu sujeita à comprovação de sua real existência.
- IV. O vício de incompetência admite convalidação, que nesse caso recebe o nome de ratificação, desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

24. Sobre o processo administrativo é certo que

- (A) vigora o princípio da oficialidade, sendo necessária para a instauração da relação processual, a iniciativa do administrado.
- (B) a autoridade processante ou julgadora não pode conhecer de novas provas, produzidas em outro processo ou decorrentes de fatos supervenientes.
- (C) será observado o atendimento a fins de interesse geral, vedada, em qualquer hipótese, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- (D) poderá ser aberto período de consulta pública para manifestação de terceiros, se o processo envolver assunto de interesse geral, sendo que o comparecimento sempre confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
- (E) é possível a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Direito Processual Civil

25. Em uma execução de título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente,

- I. o genitor do executado poderá requerer a adjudicação do bem penhorado, oferecendo preço não inferior ao da sua avaliação, preferencialmente à alienação por iniciativa particular.
- II. o executado poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação, mesmo se não estiver a execução devidamente garantida.
- III. o executado poderá pagar a dívida no prazo para oferecimento dos embargos à execução, com o que ficará isento do pagamento da verba honorária fixada pelo juiz.
- IV. poderá o executado solicitar a substituição do bem penhorado, em até 15 dias da intimação da penhora, bastando comprovar que a substituição lhe é menos onerosa.
- V. tem o exequente a prerrogativa na indicação do leiloeiro oficial que conduzirá as hastas públicas para tentativa de venda do bem penhorado, ocorrendo a segunda praça entre os 10 e os 20 dias seguintes à realização da primeira.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

26. Analise as seguintes assertivas sobre as provas e sua produção em processo de conhecimento pelo rito ordinário.

- I. Em audiência de instrução, antes do depoimento pessoal das partes e da oitiva de testemunhas, o perito prestará esclarecimentos e responderá às perguntas previamente formuladas pelas partes, desde que intimado com 5 dias de antecedência.
- II. Caberá à parte que produziu judicialmente determinado documento o ônus da prova quando a parte contrária contestar sua assinatura nele postada, mesmo sem suscitar incidente de falsidade.
- III. A inspeção judicial se dá sobre pessoas e coisas somente quando requerida por qualquer das partes.
- IV. Não viola o princípio dispositivo se o juiz determinar o comparecimento de uma parte para tomar seu depoimento pessoal mesmo quando este não for solicitado pela parte contrária.
- V. A confissão é meio de prova que prevalece sobre as demais e por isso é considerada a "rainha das provas".

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.



27. Sobre a competência no processo civil, é correto afirmar:

- (A) A incompetência em razão da matéria deve ser arguida pelo réu por exceção, no prazo para contestar.
- (B) A incompetência em razão da hierarquia depende de exceção para ser declarada.
- (C) A incompetência territorial jamais se perpetua, pois depende do atual endereço de residência do réu.
- (D) Se o réu deixar de opor exceção de incompetência em razão do valor da causa no prazo para contestar, poderá fazê-lo na próxima oportunidade em que falar nos autos.
- (E) O juiz pode declarar-se incompetente, de ofício, em casos de nulidade de cláusula de eleição de foro nos contratos de adesão.

28. Sobre a reconvenção, é correto afirmar:

- (A) Não é admitida nas ações perante os juizados especiais cíveis.
- (B) Contra a decisão que indeferir liminarmente a reconvenção por inépcia da peça inaugural caberá apenas apelação.
- (C) É possível o réu reconvir ao autor, mesmo quando este demandar em nome de outrem.
- (D) Admitida a reconvenção, o autor deverá ser citado por oficial de justiça e terá o prazo de 15 dias para contestá-la.
- (E) A desistência da ação determina, automaticamente, a extinção da reconvenção por falta de interesse processual superveniente.

29. Sobre a petição inicial, analise as seguintes assertivas:

- I. Contra ato judicial que indeferir liminarmente a petição inicial deverá o autor insurgir-se por agravo de instrumento.
- II. A petição inicial deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida, o valor da causa e o requerimento de citação do réu.
- III. Será indeferida a petição inicial quando a parte for manifestamente ilegítima.
- IV. Será considerada inepta quando tiver pedidos incompatíveis entre si.
- V. Se não constar o pedido, com suas especificações, deverá a petição inicial ser indeferida de plano pelo juiz.

Estão corretas as assertivas

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

30. Relativamente aos recursos cíveis, analise as seguintes assertivas:

- I. O prazo para interposição do recurso conta-se da leitura da sentença quando proferida em audiência, tendo comparecido as partes ou seus procuradores.
- II. O recurso adesivo é admissível nos embargos infringentes e o seu conhecimento fica condicionado ao conhecimento do recurso principal.
- III. A desistência do recurso por uma parte independe da aceitação da outra, mesmo se esta tiver oferecido recurso adesivo.
- IV. Sob pena de configurar supressão de um grau de julgamento, o Tribunal, em nenhuma hipótese, poderá julgar a lide se o juiz de primeiro grau tiver extinto o processo sem apreciação do mérito.

- V. O interesse, o preparo e a tempestividade são considerados pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

31. Analise as seguintes assertivas sobre o cumprimento de sentença e sua respectiva impugnação:

- I. Com o trânsito em julgado de uma sentença condenatória deverá o credor solicitar a citação do devedor para pagar em 24 horas sob pena de a condenação ser acrescida de multa de 10%.
- II. Na legislação vigente, não mais subsiste ação autônoma para a execução de sentença condenatória, prevalecendo o que a doutrina chama de processo sincrético.
- III. Mesmo se atribuído pelo juiz efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença, poderá o exequente prosseguir na execução se prestar, nos próprios autos, caução suficiente e idônea arbitrada pelo juiz.
- IV. Assim como ocorre na execução por título extrajudicial, a impugnação ao cumprimento de sentença pode ser apresentada sem que esteja o juízo garantido, no prazo de 15 dias da intimação para pagamento espontâneo.
- V. A decisão que resolver a impugnação ao cumprimento de sentença poderá ser atacada por agravo de instrumento, salvo quando extinguir a execução, quando deverá ser impugnada por apelação.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.



32. A interdição daqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para os atos da vida civil será declarada em procedimento de interdição
- (A) contenciosa, sendo dispensada a intervenção do Ministério Público se o interditando constituir advogado para defendê-lo, mas é o Ministério Público também legitimado para promover a interdição em casos especificados em lei.
 - (B) contenciosa, com intervenção obrigatória do Ministério Público que, entretanto, em nenhuma hipótese tem legitimidade para promover a interdição.
 - (C) voluntária, se o interditando concordar com o pedido e contenciosa, se o interditando resistir ao pedido de interdição.
 - (D) voluntária, não sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público, nem sendo o Ministério Público legitimado em qualquer hipótese para requerer a interdição.
 - (E) voluntária, com intervenção obrigatória do Ministério Público, o qual, também, tem legitimidade para promover a interdição em casos especificados na lei.
33. A procuração geral para o foro não habilita o advogado para
- (A) receber citação inicial e transigir.
 - (B) assinar a petição inicial ou a contestação.
 - (C) interpor os recursos especial e extraordinário.
 - (D) ajuizar reconvenção e propor a ação declaratória incidental.
 - (E) receber intimação da data designada para a audiência e da sentença.
34. Na ação de consignação em pagamento fundada em dúvida sobre quem deva legitimamente receber,
- (A) comparecendo apenas um pretendente ao recebimento, o Juiz necessariamente extinguirá o processo sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir.
 - (B) não comparecendo nenhum pretendente ao recebimento, o Juiz declarará extinto o processo sem resolução do mérito, autorizando o autor a levantar o depósito, sem extinguir a obrigação.
 - (C) comparecendo mais de um pretendente ao recebimento, o Juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores, caso em que se observará o procedimento ordinário.
 - (D) comparecendo mais de um pretendente ao recebimento, o Juiz declarará efetuado o depósito, sem extinguir a obrigação, e o autor será mantido no pólo ativo do processo e os pretendentes no pólo passivo em litisconsórcio necessário.
 - (E) não comparecendo nenhum pretendente ao recebimento, o depósito será arrecadado como bem do Estado e destinado a instituições de ensino oficial.
35. Sobre a confissão é correto afirmar que
- (A) não se admite a confissão extrajudicial, mas pode ser espontânea ou provocada, desde que produzida em audiência sob o crivo do contraditório.
 - (B) só pode versar sobre direitos indisponíveis e importará o reconhecimento da procedência do pedido, quando a confissão provier do réu e renúncia ao direito pleiteado, quando provier do autor.
 - (C) é ato privativo do réu e não importa reconhecimento da procedência do pedido.
 - (D) tanto o autor como o réu podem confessar, admitindo a veracidade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário, sendo em regra indivisível, mas não importa renúncia ao direito pleiteado, nem reconhecimento da procedência do pedido.
 - (E) é ato privativo do autor, quando verificar posteriormente que os fatos alegados na petição inicial não são verdadeiros, mas não importa renúncia ao direito pleiteado, se ele for indisponível.
36. As ações possessórias de bens imóveis são consideradas
- (A) infungíveis, porque, proposta uma delas em lugar de outra, o Juiz deverá indeferir a petição inicial ou determinar que seja emendada para adequação do pedido, ainda que os requisitos da outra estejam preenchidos, porque não é permitido ao magistrado conceder provimento judicial diverso do que foi pleiteado; e dúplices, porque é lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização dos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
 - (B) fungíveis, porque, proposta uma delas em vez de outra, o Juiz poderá conhecer como aquela que entender adequada, desde que seus requisitos estejam provados; e dúplices, porque é lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização dos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
 - (C) infungíveis, porque, proposta uma delas não pode o Juiz conhecer como outra, ainda que preenchidos os requisitos dela, porque não é permitido ao magistrado conceder provimento judicial diverso do que foi pleiteado; e não se consideram dúplices, porque qualquer pedido do réu contra o autor dependerá de reconvenção.
 - (D) fungíveis, porque, proposta uma delas em vez de outra, o Juiz poderá conhecer como aquela que entender adequada, desde que seus requisitos estejam provados; mas não são consideradas dúplices, porque qualquer pedido do réu contra o autor dependerá de reconvenção.
 - (E) fungíveis, apenas se o autor formular pedidos alternativos ou sucessivos, à vista do princípio da adstrição do Juiz ao pedido e dúplices, apenas se o réu, no prazo da resposta, ajuizar reconvenção.



Direito Processual Penal

37. Segundo o estabelecido no Código de Processo Penal, no curso do inquérito policial,
- (A) por se tratar de peça informativa, não é permitido ao indiciado requerer diligência.
- (B) o ofendido não poderá requerer diligência, muito embora possa solicitar a instauração de inquérito policial.
- (C) o ofendido e o indiciado poderão requerer diligência.
- (D) o indiciado não poderá requerer diligência, medida reservada apenas para o ofendido.
- (E) somente o ofendido habilitado como assistente do Ministério Público poderá requerer diligência.
-
38. NÃO ocorre suspeição nos casos em que o juiz
- (A) for devedor de qualquer das partes.
- (B) for amigo íntimo ou inimigo capital do defensor do acusado.
- (C) estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (D) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (E) for administrador de sociedade interessada no processo.
-
39. De acordo com a Lei de Execução Penal,
- (A) o Ministério Público não pode suscitar incidente de excesso.
- (B) compete ao diretor do estabelecimento prisional autorizar saídas temporárias.
- (C) é inconstitucional, segundo entendimento sumulado do STF, a previsão de perda de tempo remido em razão do cometimento de falta grave.
- (D) o condenado poderá regredir de regime caso pratique duas faltas médias.
- (E) fica sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso sobre o qual houver suspeita de participação em quadrilha.
-
40. A revisão criminal
- (A) não pode ser requerida pelo próprio condenado.
- (B) é inadmissível no caso de sentença condenatória do Tribunal do Júri.
- (C) é cabível contra sentença absolutória imprópria transitada em julgado.
- (D) admite agravamento da pena.
- (E) exige, para ser conhecida, recolhimento do condenado à prisão.
-
41. Na ação penal de iniciativa privada
- (A) o prazo de seis meses para a propositura da queixa começa a fluir da data do fato delituoso.
- (B) o perdão, para ser reconhecido como causa de extinção da punibilidade, depende da aceitação do querelado.
- (C) ocorre a perempção caso o querelante deixe de promover o andamento do processo durante sessenta dias seguidos.
- (D) o querelante pode optar pela propositura da queixa no foro de residência do querelado.
- (E) só é admitida renúncia expressa.
-
42. No tocante à sentença, no processo penal, é correto afirmar que
- (A) o juiz, sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, somente poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa e aplicar pena mais grave se determinar o aditamento da inicial pelo Ministério Público.
- (B) em caso de aditamento da inicial, cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas.
- (C) qualquer das partes poderá, no prazo de cinco dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- (D) nos casos de ação penal de iniciativa pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- (E) o juiz poderá reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas na denúncia.
-
43. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela majorante, ultrapassar o limite de dois anos.
- (B) não se aplica transação penal às infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada, pelo somatório, ultrapassar o limite de um ano.
- (C) para fins de aplicação da suspensão condicional do processo em caso de concurso material, analisa-se a pena de cada uma das infrações, isoladamente, tal como ocorre no caso de extinção da punibilidade.
- (D) o benefício da suspensão do processo é aplicável às infrações penais cometidas em continuidade delitiva, analisando-se a pena mínima cominada sem a majorante da continuidade.
- (E) o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material ou concurso formal, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela majorante, ultrapassar o limite de um ano.
-
44. Em relação às provas ilícitas, é correto afirmar que
- (A) não precisam, necessariamente, ser desentranhadas dos autos.
- (B) não se permite a presença das partes no incidente de inutilização, por se tratar de ato sigiloso.
- (C) são aquelas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (D) são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo, apenas e tão somente, quando as derivadas puderem ser obtidas por fonte independente das primeiras.
- (E) considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo trâmites atípicos, da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.



<p>45. A prisão preventiva</p> <p>(A) pode ser decretada para garantia da instrução criminal, ainda quando o acusado seja primário e de bons antecedentes.</p> <p>(B) é obrigatória nos casos de o acusado ser citado por edital e não constituir defensor.</p> <p>(C) não pode ser decretada no processo que apura a prática de crime punido com detenção.</p> <p>(D) não necessita de decreto fundamentado, já que excepcional.</p> <p>(E) não pode ser decretada no caso de apresentação espontânea do acusado à autoridade.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>49. Ocorre desistência voluntária quando o agente suspende a execução do delito de homicídio</p> <p>(A) temporariamente para prosseguir mais tarde. (B) atemorizado com os gritos da vítima. (C) atendendo a súplica da vítima. (D) por ter a vítima fugido do local. (E) por ter escutado o barulho de sirene.</p>
<p>46. No julgamento em plenário do júri,</p> <p>(A) o tempo inicial destinado à acusação e à defesa será de uma hora para cada.</p> <p>(B) durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências à decisão de pronúncia.</p> <p>(C) os jurados poderão formular perguntas diretamente ao acusado.</p> <p>(D) havendo mais de um acusado, o tempo para acusação e defesa será acrescido de meia hora.</p> <p>(E) será permitido o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer em plenário se lhe for imputada a prática de crime equiparado a hediondo.</p>	<p>50. A respeito do instituto da legítima defesa, considere:</p> <p>I. Não age em legítima defesa aquele que aceita o desafio para um duelo e mata o desafiante que atirou primeiro e errou o alvo.</p> <p>II. Admite-se a legítima defesa contra agressão pretérita, quando se tratar de ofensa a direito alheio.</p> <p>III. A injustiça da agressão deve ser considerada quanto à punibilidade do agressor, não podendo, por isso, ser invocada quando houver repulsa a agressão de doente mental.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) III. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>
<p>47. É correto afirmar que</p> <p>(A) o procedimento comum será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a quatro anos.</p> <p>(B) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.</p> <p>(C) a expedição de carta precatória suspenderá a instrução criminal.</p> <p>(D) após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, permitindo que formulem diretamente ao acusado as perguntas correspondentes.</p> <p>(E) o procedimento comum ordinário será concluído no prazo máximo de oitenta dias.</p>	<p>51. João, com intenção de matar, agrediu José a golpes de faca, ferindo-o no abdome. Atendido por terceiros, José foi levado a um hospital. Quando estava sendo medicado, ocorreu um incêndio no hospital e José morreu queimado. Nesse caso, João responderá por</p> <p>(A) lesões corporais leves. (B) lesões corporais graves. (C) homicídio doloso. (D) tentativa de homicídio. (E) homicídio culposo.</p>
<p>48. O <i>habeas corpus</i></p> <p>(A) é cabível mesmo quando já extinta pena privativa de liberdade.</p> <p>(B) não pode ser concedido para reconhecimento de nulidade.</p> <p>(C) não pode ser impetrado pelo Ministério Público.</p> <p>(D) é cabível contra decisão condenatória a pena de multa.</p> <p>(E) não será conhecido se a petição não estiver assinada.</p>	<p>52. Antonio e sua mulher Antonia resolveram, sob juramento, morrer na mesma ocasião. Antonio, com o propósito de livrar-se da esposa, finge que morreu. Antonia, fiel ao juramento assumido, suicida-se. Nesse caso, Antonio responderá por</p> <p>(A) auxílio ao suicídio culposo. (B) homicídio doloso. (C) homicídio culposo. (D) induzimento ao suicídio. (E) tentativa de homicídio.</p> <p>53. Maria e seu namorado João praticaram manobras abortivas que geraram a expulsão do feto. Todavia, em razão da chegada de terceiros ao local e dos cuidados médicos dispensados, o neonato sobreviveu. Nesse caso, Maria e João responderão por</p> <p>(A) tentativa de aborto. (B) crime de aceleração de parto. (C) tentativa de homicídio. (D) infanticídio. (E) tentativa de infanticídio.</p>



<p>54. Pedro ingressou numa joalheria e afirmou que pretendia adquirir um anel de ouro para sua esposa. A vendedora colocou sobre a mesa diversos anéis. Após examiná-los, Pedro disse que lhe agradou mais uma peça que estava exposta no canto da vitrine e que queria vê-la. A vendedora voltou-lhe as costas, abriu a vitrine e retirou o anel. Valendo-se desse momento de descuido da vendedora, Pedro apanhou um dos anéis que estava sobre a mesa e colocou-o no bolso. Em seguida, examinou o anel que estava na vitrine, disse que era bonito, mas muito caro, agradeceu e foi embora, levando no bolso a joia que havia apanhado. Nesse caso, Pedro responderá por</p> <p>(A) furto simples.</p> <p>(B) estelionato.</p> <p>(C) furto qualificado pela fraude.</p> <p>(D) apropriação indébita.</p> <p>(E) roubo.</p>	<p>58. A respeito do crime de tráfico de drogas descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (<i>Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar</i>) é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.</p> <p>(B) As penas serão aumentadas de um sexto a dois terços se o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.</p> <p>(C) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, ficará isento de pena.</p> <p>(D) Na fixação da pena de multa, o juiz, atendendo ao que dispõe o art. 42 desta Lei, determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um trinta avos nem superior a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo.</p> <p>(E) Dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.</p>
<p>55. O meliante que, se intitulando falsamente agente policial, exige quantia em dinheiro de particular, sob a ameaça de prendê-lo por ter adquirido veículo produto de furto, responderá pelo crime de</p> <p>(A) estelionato.</p> <p>(B) corrupção passiva.</p> <p>(C) concussão.</p> <p>(D) extorsão.</p> <p>(E) extorsão indireta.</p>	
<p>56. O escrevente de cartório que esconde na gaveta e deixa de dar regular andamento a uma ação de execução sob sua competência funcional, para favorecer o executado que é seu amigo pessoal, responderá por crime de</p> <p>(A) favorecimento pessoal</p> <p>(B) prevaricação.</p> <p>(C) favorecimento real.</p> <p>(D) sonegação de papel ou de objeto de valor probatório.</p> <p>(E) tráfico de influência.</p>	<p>59. Considere: Ação ou omissão contra a mulher baseada no gênero que lhe cause morte, lesão corporal, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,</p> <p>I. no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas com vínculo familiar.</p> <p>II. no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.</p> <p>III. em qualquer relação íntima de afeto, ainda que o agressor não conviva ou não tenha convivido, nem coabitado com a ofendida.</p> <p>IV. no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.</p> <p>Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, para os fins da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), as situações indicadas APENAS em</p>
<p>57. Comete crime de desobediência o</p> <p>(A) motociclista que deixa de atender ordem de parada emanada de policial que não está no exercício do cargo.</p> <p>(B) advogado que desatende intimação judicial que lhe ordena fornecer o endereço residencial de seu constituinte.</p> <p>(C) médico que se recusa a fornecer informações a respeito do tratamento a que foi submetida determinada pessoa.</p> <p>(D) particular que se recusa a obedecer a ordem arbitrária de funcionário público.</p> <p>(E) motorista que se recusa a apresentar os documentos do veículo que dirige quando solicitados por policial de trânsito.</p>	<p>(A) IV.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>



60. Constitui, dentre outros, efeito penal secundário da condenação
- (A) a inscrição do nome do condenado no rol dos culpados.
 - (B) a reparação do dano resultante do crime.
 - (C) o confisco dos instrumentos do crime, na forma prevista em lei.
 - (D) a incapacidade para o exercício do pátrio poder, nos casos previstos em lei.
 - (E) inabilitação para dirigir veículos, nos casos previstos em lei.

Direito Civil

61. João, viúvo, faleceu ontem deixando apenas dois filhos vivos. Antes de seu falecimento, João celebrou testamento público beneficiando em 50% de seus bens o seu neto, filho do seu primogênito, ainda não concebido. Considerando que seu filho mais velho continua vivo no momento da abertura da sucessão, mas o neto mencionado no testamento ainda não foi concebido, este neto

- (A) não poderá ser chamado para suceder tendo em vista que não foi concebido antes da celebração do testamento.
- (B) não poderá ser chamado para suceder tendo em vista que não foi concebido até a abertura da sucessão.
- (C) poderá ser chamado para suceder, porém se decorridos dois anos após a abertura da sucessão, e não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.
- (D) poderá ser chamado para suceder, por ser o prazo para a sua concepção limitado pelo Código Civil brasileiro em dez anos contados da abertura da sucessão.
- (E) poderá ser chamado para suceder, porém se decorridos três anos após a abertura da sucessão, e não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.

62. Douglas casado com Joana, sofreu acidente automobilístico e faleceu. Após cinco meses, Joana conheceu André, com quem pretende se casar em dois meses, ou seja, sete meses após o falecimento de Douglas. Neste caso, Joana

- (A) poderá se casar com André tendo em vista que a causa suspensiva do matrimônio cessou três meses após o começo da viuvez.
- (B) poderá se casar com André tendo em vista que o impedimento legal cessou seis meses após o começo da viuvez.
- (C) poderá se casar com André tendo em vista que para o caso em tela não há causa suspensiva ou impeditiva de matrimônio.
- (D) não poderá se casar com André até doze meses depois do começo da viuvez, tratando-se de causa suspensiva prevista no Código Civil brasileiro.
- (E) não poderá se casar com André até dez meses depois do começo da viuvez, tratando-se de causa suspensiva prevista no Código Civil brasileiro.

63. Considere as seguintes assertivas a respeito da aquisição da propriedade:

- I. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
- II. Considera-se aluvião os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, que pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.
- III. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, adquiri-lhe-a a propriedade.
- IV. Em regra, aquele que semeia, planta ou edifica em terreno próprio com sementes, plantas ou materiais alheios, adquire a propriedade destes; mas fica obrigado a pagar-lhes o valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

64. Com relação à doação é correto afirmar:

- (A) A doação a entidade futura caducará se, em cinco anos, esta não estiver constituída regularmente.
- (B) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário.
- (C) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- (D) A doação verbal será válida, se, versando sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição.
- (E) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário, assim como a doação remuneratória, perde o caráter de liberalidade no excedente ao valor dos serviços remunerados.



65. Danilo é casado com Soraya em regime de separação obrigatória de bens. O casal possui cinco filhos maiores e capazes, mas nenhum neto. Danilo vendeu uma casa de sua propriedade para seu filho mais velho, Artur. Neste caso, a venda é
- (A) nula, tendo em vista tratar-se de adiantamento de legítima vedado pelo Código Civil brasileiro.
- (B) anulável, salvo se os demais filhos de Danilo expressamente houverem consentido.
- (C) anulável, salvo se Soraya e a maioria dos filhos de Danilo expressamente houverem consentido.
- (D) válida, desde que não ultrapasse a legítima, independentemente do consentimento de Soraya e dos demais filhos de Danilo.
- (E) nula, sendo de quatro anos o prazo para arguição, contado da data da efetiva entrega do bem.

66. Considere as seguintes assertivas a respeito da prescrição:
- I. Prescreve em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- II. Prescreve em cinco anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- III. A prescrição iniciada contra uma pessoa extingue-se com a sua morte, não continuando a correr contra o seu sucessor.
- IV. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e II.

67. Determinado negócio jurídico foi celebrado com a presença de dolo acidental de uma das partes. De acordo com o Código Civil brasileiro, o dolo acidental
- (A) anula o negócio jurídico e obriga a satisfação das perdas e danos.
- (B) só anula o negócio jurídico.
- (C) só obriga à satisfação das perdas e danos.
- (D) não anula o negócio jurídico e nem obriga a satisfação das perdas e danos.
- (E) torna o negócio jurídico anulável.

68. Considere as seguintes assertivas a respeito do Domicílio:
- I. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- II. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- III. O domicílio do militar da Marinha ou da Aeronáutica é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- IV. O domicílio do preso é o lugar onde o cônjuge ou, na falta dele, descendente ou ascendente estabelecer residência com ânimo definitivo.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

69. Quanto à classificação dos bens, segundo as normas preconizadas pelo Código Civil brasileiro é correto afirmar:
- (A) Consideram-se móvel para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (B) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais.
- (C) Consideram-se imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- (D) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, em regra, abrangem as pertencas.
- (E) São consumíveis os bens móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

70. Com relação à cessão de crédito é INCORRETO afirmar:
- (A) Na cessão por título oneroso, o cedente, exceto quando não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- (B) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.
- (C) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- (D) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- (E) Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.



71. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a
- (A) pagar o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
 - (B) pagar ao devedor o dobro do que estiver cobrando.
 - (C) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
 - (D) esperar o tempo que faltava para o vencimento acrescido do prazo antecipado bem como pagar as custas.
 - (E) pagar ao devedor o que estiver cobrando acrescido da multa de vinte por cento do débito atualizado.

72. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país,
- (A) depois de um ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
 - (B) com a prolação da sentença, momento em que seus efeitos ocorrerão de imediato, independentemente de anterior separação judicial.
 - (C) depois de um ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por no mínimo seis meses, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
 - (D) depois de dois anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial pelo prazo de um ano, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.
 - (E) depois de seis meses da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato.

Organização Judiciária do Estado do Piauí

73. Dentre outros, é requisito para a criação de Comarca no Estado do Piauí:
- (A) território de área superior a cem quilômetros quadrados, com perímetro contíguo a Comarca de entrância superior.
 - (B) população mínima de trinta mil habitantes no município, com, pelo menos, dez mil na sede.
 - (C) receita tributária municipal superior a cinco mil e estadual superior a dez mil vezes o salário mínimo nacional, em sua totalidade.
 - (D) cinco mil eleitores regularmente inscritos, e população superior a dez mil habitantes.
 - (E) prédios apropriados de domínio do Estado ou Município para residência condigna do Juiz e Promotor.

74. Considere os itens a seguir:

- I. Julgar os recursos, interpostos pelos interessados, contra ato decisório das Comissões examinadoras de concurso de provas para o cargo de Juiz de Direito Adjunto.
- II. Processar e julgar originariamente a representação do Procurador Geral da Justiça visando à intervenção em Município.
- III. Convocar, na hipótese de falta ou impedimento de Desembargador, os respectivos substitutos dentre os Juizes da Capital, mediante sorteio público.
- IV. Processar e julgar em material criminal os conflitos de competência entre as Câmaras e o Conselho de Justiça Militar do Estado.
- V. Conhecer e julgar as suspeições opostas ao Diretor Geral, Diretores e demais funcionários da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.

Os itens I, II, III, IV e V são de competência, respectivamente, do (das)

- (A) Tribunal Pleno; Tribunal Pleno; Presidente do Tribunal; Câmaras Reunidas; Presidente do Tribunal.
- (B) Presidente do Tribunal; Tribunal Pleno; Câmaras Reunidas; Tribunal Pleno; Presidente do Tribunal.
- (C) Câmaras Reunidas; Presidente do Tribunal; Tribunal Pleno; Tribunal Pleno; Presidente do Tribunal.
- (D) Presidente do Tribunal; Tribunal Pleno; Presidente do Tribunal; Tribunal Pleno; Câmaras Reunidas.
- (E) Tribunal Pleno; Câmaras Reunidas; Presidente do Tribunal; Presidente do Tribunal; Tribunal Pleno.

75. No processo de remoção compulsória de Juiz de Direito de Primeiro Grau, iniciado por proposta do

- (A) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o prazo de defesa prévia do magistrado é de oito dias, contados da data em que for pessoalmente notificado por ofício do Desembargador Presidente do Procedimento.
- (B) Corregedor-Geral de Justiça, o prazo de defesa prévia do magistrado é de cinco dias, contados da data em que for publicada a respectiva portaria em Diário Oficial.
- (C) Procurador-Geral da Justiça, o prazo de defesa prévia do magistrado é de quinze dias, contados da data em que receber a cópia do inteiro teor das acusações e das provas, a ele encaminhada por ofício do Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo de defesa prévia do magistrado é de doze dias, contados da data em que receber a contra-fé acompanhada de cópia da portaria inaugural, a ele entregue pessoalmente por Oficial de Justiça especialmente designado.
- (E) Chefe do Poder Executivo Local, mediante representação, o prazo de defesa prévia do magistrado é de dez dias, contados da data do seu afastamento provisório, determinado pelo Corregedor-Geral de Justiça.



76. Em relação ao Quinto Constitucional no Tribunal de Justiça do Piauí, é INCORRETO afirmar que
- (A) para cada vaga, o Tribunal com presença de, pelos menos, dois terços de seus membros efetivos, em sessão e escrutínio secretos, vota a lista tríplice respectiva.
- (B) o preenchimento de vaga faz-se alternadamente, uma para advogado e outra para membro do Ministério Público, não podendo ser votado para a vaga daquele o integrante deste, ainda que exerça a advocacia.
- (C) somente membros do Ministério Público de carreira podem concorrer ao preenchimento de vaga destinada à Classe.
- (D) pode concorrer a vaga advogado no efetivo exercício da profissão com cinco anos, pelos menos, de prática forense, incluído tempo de estágio oficial, dos quais os dois últimos na classe a que pertencer a vaga.
- (E) a nomeação do mais votado indicado pelo Tribunal de Justiça à vaga é feita pelo Governador do Estado.
77. Quanto às promoções de Juizes de Direito pelo Tribunal de Justiça do Piauí, considere:
- I. Apura-se na entrância a antiguidade e o merecimento, tornando-se obrigatória a promoção do Juiz que figura pela terceira vez consecutiva em lista tríplice.
- II. O Tribunal de Justiça recusa a promoção do Juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros, no mínimo, repetindo-se o escrutínio até que se faça a escolha.
- III. Somente após três anos de exercício na carreira e um ano na entrância pode o Juiz ser promovido, ainda que não haja quem aceite o lugar.
- IV. Após a ocorrência da vaga no primeiro grau do Poder Judiciário será publicado edital para o seu preenchimento no prazo de 15 (quinze) dias.
- V. Ultimando o preenchimento das vagas de promoção, se mais de uma dava para ser provida por antiguidade, a lista conterà o número de Juizes igual ao das vagas mais um.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) I, IV e V.
78. No Tribunal de Justiça do Piauí, não podem ter assento,
- (A) simultaneamente, Desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- (B) concomitantemente, Desembargadores e servidores parentes em linha reta, até o segundo grau, salvo afins em linha colateral até o segundo grau.
- (C) simultaneamente, Desembargadores e afins em linha colateral, até o segundo grau e parentes até o quarto grau, inclusive.
- (D) concomitantemente, Desembargadores e servidores parentes ou afins em linha colateral, até o terceiro grau, salvo em linha reta até o segundo grau, inclusive.
- (E) concomitantemente, Desembargadores e servidores afins em linha reta, até o quarto grau, salvo parentes em linha colateral, até o terceiro grau.
79. Imposta pena disciplinar pelos Juizes de Direito, caberá ao interessado a interposição de recurso voluntário, com efeito
- (A) devolutivo e suspensivo, no prazo de três dias da publicação do ato em Diário Oficial, para o Conselho da Magistratura.
- (B) devolutivo e suspensivo, no prazo de dez dias da publicação do ato em Diário Oficial para o Tribunal Pleno.
- (C) devolutivo e suspensivo, no prazo de sete dias da ciência do ato para o Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) devolutivo apenas, no prazo de quinze dias da publicação do ato em Diário Oficial para o Secretário das Câmaras Reunidas.
- (E) devolutivo somente, no prazo de cinco dias da ciência do ato para o Corregedor-Geral da Justiça.
80. O Conselho da Magistratura, órgão disciplinar do Poder Judiciário do Estado do Piauí, composto de
- (A) cinco membros, o Presidente, o Corregedor da Justiça, o Diretor Geral e dois Desembargadores mais antigos, tem como órgão superior as Câmaras Reunidas.
- (B) três membros, o Presidente, o Vice-Presidente do Tribunal e o Corregedor da Justiça, tem como órgão superior o Tribunal Pleno.
- (C) quatro membros, o Presidente, o Corregedor da Justiça, o Diretor Geral e o Desembargador indicado pelas Câmaras Reunidas, tem como órgão superior o Tribunal Pleno.
- (D) seis membros, o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor da Justiça, o Diretor Geral, dois Desembargadores eleitos pelas Câmaras Especializadas, tem como órgão superior as Câmaras Reunidas.
- (E) sete membros, o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor da Justiça e quatro Desembargadores eleitos pelos Juizes de Direito, tem como órgão superior as Câmaras Especializadas.